

**A ausência da discussão antropológica no contexto Neoliberal:
reflexões acerca da educação frente a latência da barbárie**

*The absence of anthropological reflection in the Neoliberal context:
Reflections on education in the face of the latency of barbarism*

*La ausencia de discusión antropológica en el contexto neoliberal:
reflexiones sobre la educación frente a la latencia de la barbarie*

Mateus Lorenzon¹
Universidade de Passo Fundo

Angelo Vitório Cenci²
Universidade de Passo Fundo

Resumo: Na contemporaneidade, renunciou-se às grandes discussões antropológicas acerca do homem. Entende-se que o silêncio produzido em torno destes debates produz um estado de deriva antropológica, no qual assume-se acriticamente as concepções subjacentes à racionalidade neoliberal. Contudo, ao analisar o neosujeito necessário e produzido por essa razão-mundo, identifica-se que ele é predisposto a um estado de barbárie, uma vez que a lógica concorrencial e a atomização do indivíduo tendem a produzir ressentimento e o sofrimento psíquico. A fim de restaurar a homeostasia, os indivíduos contemporâneos podem juntar-se a hordas gregárias unidas libidinalmente a um líder. Diante disso, neste ensaio discorre-se acerca das funções da educação em um contexto contemporâneo no qual, em decorrência de uma ausência de discussão antropológica, flerta-se com a latência da barbárie.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Barbárie; Educação.

Abstract: In contemporary times, there has been a renunciation of major anthropological discussions about humanity. It is understood that the silence surrounding these debates leads to a state of anthropological drift, in which the underlying conceptions of neoliberal rationality are uncritically accepted. However, upon analyzing the neo-subject required and produced by this world-reason, it is evident that it is predisposed to a state of barbarism, as competitive logic and the atomization of the individual tend to generate resentment and psychic suffering. In order to restore homeostasis, contemporary individuals may join gregarious hordes libidinally united with a leader. In this essay, we discuss the functions of education in a contemporary context in which, due to the absence of anthropological discussion, we flirt with the latency of barbarism.

Keywords: Neoliberalism; Education; Barbarism.

¹ Mestre em Ensino - Universidade do Vale do Taquari. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mateusmlorenzon@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9829699736308568>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9402-5820>.

² Doutorado em Filosofia - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cenci@upf.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5553067405853480>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0541-2197>.

Resumen: En la contemporaneidad, se ha renunciado a las grandes discusiones antropológicas sobre el ser humano. Se entiende que el silencio que rodea estos debates conduce a un estado de deriva antropológica, en el que se aceptan acríticamente las concepciones subyacentes a la racionalidad neoliberal. Sin embargo, al analizar el neo-sujeto requerido y producido por esta lógica-mundo, es evidente que está predispuesto a un estado de barbarie, ya que la lógica competitiva y la atomización del individuo tienden a generar resentimiento y sufrimiento psíquico. Para restaurar la homeostasis, los individuos contemporáneos pueden unirse a hordas gregarias unidas libidinalmente a un líder. En este ensayo, discutimos las funciones de la educación en un contexto contemporáneo en el que, debido a la ausencia de discusión antropológica, coqueteamos con la latencia de la barbarie.

Palabras clave: Neoliberalismo; Educación; Barbarie.

Recebido em: 08 de dezembro de 2023

Aceito em: 18 de junho de 2024

Introdução

Neste ensaio discorre-se acerca do papel da educação em um contexto contemporâneo, no qual flerta-se com a latência da barbárie em decorrência da deriva antropológica. Entende-se por deriva antropológica a inexistência de um debate explícito acerca do conceito de homem em uma sociedade neoliberal. Supõe-se que tal ausência significa o retorno a uma concepção metafísica de homem, na medida em que assume-se acriticamente que a essência do indivíduo é a sua propensão a envolver-se em uma lógica concorrencial com seus pares, o que, em última instância, leva a sua atomização e o esfacelamento dos laços de solidariedade e fraternidade. Assim, o neoliberalismo, como uma razão-mundo, oculta, sob a pretensa liberdade total do indivíduo, a exigência de uma autorreferencialidade.

Sustentando-se na perspectiva de Freud (2011, 2022), entende-se que o indivíduo atomizado, a fim de garantir a continuidade do eu e buscando eliminar as pulsões desprazerosas tende a unir-se libidinalmente em torno da figura de um eu soberano, constituindo uma massa amorfa, na qual os interditos e as forças psicológicas reativas as pulsões são colocadas em suspensão. Infere-se que nesta conjuntura, a violência e a agressividade tornam-se mecanismos privilegiados para a restauração da homeostasia. Assim, em conformidade com Adorno (2015), a barbárie não representa uma descontinuidade na civilização, mas sim, parte inerente do desenvolvimento da sociedade que tende a manifestar-se em determinadas contingências históricas, econômicas e políticas.

Supõe-se que em sociedades neoliberais potencializa-se as possibilidades de ocorrência de casos de barbárie na medida em que o indivíduo atomizado não é apenas resultante dos mecanismos histórico-socialmente estabelecidos. A atomização, no contexto contemporâneo, é decorrente de um projeto intencional de subjetivação e introjeção da normatividade neoliberal, a fim de sustentar a configuração desejada para a sociedade (Alemán, 2016). Tal processo reverbera no campo educacional, na medida em que há um empreendimento discursivo condenatório das pedagogias que operavam a partir da dialética do desejo-norma (Charlot, 2020). Para Charlot (2020) a incapacidade destas pedagogias sustentarem-se em um contexto neoliberal deve-se a intencionalidade de estabelecerem uma norma ao desejo, o que é incoerente com a racionalidade dominante e a sua exigência de liberação das pulsões do indivíduo, a fim de inseri-las em um circuito de desejo-consumo (Dufour, 2008). Charlot (2020) identifica que as críticas à pedagogia tradicional e nova não são acompanhadas por um debate ou uma proposição educacional fundamentada em pressupostos pedagógicos. Há, em contrapartida, o surgimento de discursos sobre a educação que isentam-se das preocupações antropológicas, dentre os quais o autor destaca o da qualidade, da cibercultura, da neuropsicologia e do transhumanismo.

Entende-se que a ausência de uma reflexão de cunho antropológico acerca da formação do sujeito leva a adoção de discursos e concepções circundantes na racionalidade dominante. Com isso, as instituições educativas passam a organizar a tarefa educacional de modo a introjetar nos indivíduos as normas decorrentes da racionalidade neoliberal. A ausência de fundamento antropológico que caracteriza a educação contemporânea pode, dessa forma, fomentar a atomização do indivíduo, o empobrecimento da linguagem, a dessimbolização do imaginário, inserindo-o, precocemente, em uma lógica concorrencial. A educação não evitaria a barbárie, mas sim estaria fomentando-a. Tomando a afirmação de Adorno (2022, p. 129) de que “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação”, neste estudo pretende-se esboçar algumas possibilidades de uma pedagogia que favoreça a manutenção da coesão social e da democracia.

Organiza-se o ensaio em quatro seções. Inicialmente, em “O conceito de homem na racionalidade neoliberal”, busca-se identificar a concepção antropológica subjacente no neoliberalismo. Argumenta-se que esta razão-mundo representa um retorno a uma concepção metafísica de homem, na medida que o reduz a uma lógica concorrencial. Para fundamentar tal hipótese, busca-se analisar os mecanismos de subjetivação empregados pela racionalidade dominante, destacando a sua intencionalidade em formar um indivíduo adequado à manutenção e consolidação de uma sociedade neoliberal. Ressalta-se ainda que a atomização do sujeito e a ausência de laços de solidariedade e fraternidade não são processos estéreis, na

medida em que causam sofrimento psíquico, ressentimento e exigem uma autorreferencialidade para a qual o indivíduo não encontra-se preparado.

O indivíduo neoliberal imerso em uma lógica concorrencial, atomizado e, constantemente, sentindo-se ameaçado da perda de marcadores simbólicos, busca encontrar mecanismos para a eliminação das pulsões causadoras de desprazer (Birman, 2022). Reconhece-se que, dentre estas existiriam as possibilidades depressivas (Dunker, 2023), a utilização de psicoativos, entre outros. No entanto, na segunda seção do ensaio discorre-se acerca da constituição das massas e a da união libidinal em torno de um suposto soberano como um dos mecanismos de busca de segurança e estabilidade do eu. Apoiando-se na perspectiva de Freud (2011, 2022), argumenta-se que as massas comportam o risco de transformarem-se em horas gregárias e hostis, na medida em que colocam em suspensão os interditos que impediam a manifestação da violência. A partir do momento que define-se um inimigo a quem direciona-se esses sentimentos, corre-se o risco de flertar com a barbárie, isto é, retornar aos estágios primitivos de existência nos quais há um impulso de destruição (Adorno, 2022).

O intento da terceira seção consiste em discutir acerca das funções ou das possibilidades da educação frente à latência da barbárie. Apresenta-se a hipótese de que a educação encontra-se em um momento de deriva antropológica, na qual a questão do sujeito não é levantada, resultando na adoção acrítica da concepção metafísica neoliberal (Charlot, 2020). Supõe-se que as expectativas depositadas na educação são paradoxais, na medida em que não pode-se adotar uma posição ingênua de que ela seria capaz de refrear o domínio da racionalidade neoliberal transversal aos diferentes âmbitos e fenômenos sociais. No entanto, conforme Savater (2012) é preciso nutrir-se de um otimismo em reconhecer, ao mesmo tempo que a educação tem limites óbvios, ela consiste no “mais humano e humanizador” de todo empenho humano (Savater, 2012, p. 15). Assim, salienta-se nesta seção a necessidade de uma educação que, caso não possa impedir a barbárie, a postergue ou crie espaços para a construção de racionalidades contra hegemônicas ou movimentos de resistência. Finaliza-se o estudo realizando algumas ponderações acerca das possibilidades de um empreendimento educativo que mantenha a coesão social e prepare os indivíduos para viver em uma sociedade democrática.

O conceito de homem na racionalidade Neoliberal

Nesta seção do ensaio, discorre-se acerca do conceito de sujeito subjacente à racionalidade neoliberal. Parte-se do pressuposto de que mudanças na economia mercantil inequivocamente promovem mudanças na ordem antropológica e ontológica. Dufour (2008),

ao discorrer sobre as intersecções entre as grandes economias - simbólica, mercantil, política, semiológica e psíquica, vale-se do conceito de transdução, utilizando-o para designar a articulação entre as diferentes dimensões econômicas e a capacidade das reconfigurações ocorridas em uma delas reverberarem, reforçarem-se e se propagarem-se nas demais. Nesta perspectiva, não haveria alterações políticas e econômicas duradouras se estas não fossem acompanhadas por reconfigurações antropológicas. No entanto, pressupõe-se que este processo de constituição de um sujeito necessário ao estabelecimento e manutenção de uma racionalidade não é da ordem causa-efeito, nem totalmente programado e estéril, visto que pode resultar na produção de efeitos adversos no âmbito psíquico do indivíduo.

Diante disso, argumenta-se que o contexto contemporâneo é marcado, no âmbito econômico, pela prevalência do neoliberalismo, caracterizando-se pela hegemonia da lógica concorrencial, pela desregulamentação dos mercados e fragilização do papel do estado como indutor de políticas sociais e desenvolvimento econômico (Harvey, 2014; Dardot, Laval, 2016; Dardot et al. 2021). Tais características reverberam antropológicamente e ontologicamente nos indivíduos, na medida em que o gerencialismo empresarial da própria vida torna-se uma condição necessária para a sobrevivência social e a manutenção de um modo de existência de acordo com o padrão vigente. No entanto, entende-se que a introjeção da normatividade neoliberal, além de levar a uma atomização do indivíduo e a supressão de seus laços de fidelidade, gera sofrimento psíquico e ressentimento. Assim, a promessa de liberdade total do indivíduo suposta pelo neoliberalismo, comporta, ambiguamente, uma necessidade de sustentar-se no vazio ou na ausência de valores transcendentais (Lebrun, 2008). Apoiando-se em Freud (2011, 2022), Adorno (2015, 2019, 2020, 2022) e Casara (2019), infere-se que este contexto pode ser seminal para a constituição de hordas gregárias e o advento de movimentos pós-democráticos que flertam com a barbárie.

Reconhece-se que, historicamente, houve uma intersecção entre o sistema econômico e o sujeito necessário para a manutenção de tal ordem. No entanto, conforme Alemán (2016), o neoliberalismo é inovador na medida em que assume o intento de subjetivar o indivíduo não apenas pela conjuntura histórico-social, mas por meio de uma ação deliberada de dessimbolização e empobrecimento da linguagem que facilitariam a introjeção de “[...] um paradigma empresarial, competitivo e gerencial da própria existência” (Alemán, 2016, p. 15). Reitera-se que tal processo não é asséptico, resultando, além da promessa de uma plena aspiração de liberdade e gozo ilimitado, em um exponencial crescimento do mal estar psíquico (Dunker, 2015, 2023; Han, 2017; Kehl, 2020; Carrenho *et al.*, 2021; Alves, Sanches, Luccia, 2021; Safatle, 2023)

Tendo em vista a paradoxalidade entre o pressuposto de liberdade e o excessivo sofrimento psíquico decorrente da racionalidade neoliberal, pode-se inferir que o processo de subjetivação do indivíduo e a constituição do neosujeito não são processos opcionais, mas sim resultantes de uma coesão. No momento que transformou-se em uma política de estado, o neoliberalismo resultou em uma desregulamentação das relações trabalhistas e destruição de um estado de direitos, gerando um crescimento no número de desempregados ou subempregados, pauperizando a população e levando ao crescimento do número de desassistidos e excluídos das políticas governamentais (Harvey, 2014; Saad Filho, Morais, 2018). Frente a este contexto, emerge uma pedagogia do desemprego (Dowbor, 2013, 2020), na qual os índices elevados de desocupação transmitem uma mensagem simbólica aos indivíduos acerca da necessidade de manter produtividades elevadas. Deste processo, resulta o crescimento do esgotamento emocional (Han, 2017) e a generalização da lógica concorrencial, na medida que outros indivíduos representam, virtualmente, uma ameaça à perda do status social e da estabilidade econômica.

Se outrora, em uma sociedade liberal clássica, tal como analisada por Marx (1998), a força de trabalho do indivíduo era negociada como mercadoria, no contexto neoliberal contemporâneo, o indivíduo percebe-se como um capital rentável, investindo no desenvolvimento de habilidades psicológicas, sociais e competências laborais, a fim de ampliar o retorno financeiro (Cenci, 2020). Franco et al (2023, p. 48) afirmam que a teoria do capital humano representa a hipertrofia máxima do indivíduo, na medida que implica

[...] uma relação a si mesmo marcada pela exigência de autovalorização constante, mediada pela lógica da mercadoria. Num quadro de extrema heteronomia, os indivíduos são alçados a agentes autônomos, capazes de agir livremente para satisfazer seus interesses. Sendo que cada um convertido em capital, os sujeitos passam a se compreender como empresas submetidas à insegurança típica da dinâmica dos mercados. Em uma sociedade competitiva os indivíduos comparam e hierarquizam constantemente coisas e pessoas, sendo eles mesmo passíveis de (des)classificação a todo momento.

À formação de um indivíduo empresário de si mesmo, mobilizam-se outras estratégias de governo da população e de introjeção da normatividade neoliberal, dentre as quais pode-se destacar a financeirização da vida, os discursos meritocráticos e a dessimbolização e empobrecimento da linguagem. O neoliberalismo inaugurou uma era de capital improdutivo, no qual o rendimento de instituições financeiras e de determinados segmentos sociais não provém de investimento em capital produtivo, mas, em consonância com Dowbor (2017), da especulação financeira e da apropriação da renda por meio da usura no crédito oferecido às

classes trabalhadoras ou em forma de cobrança contínua de títulos de dívida pública. Alemán (2016) corrobora com tal perspectiva ao identificar que o endividamento da população, de modo concomitante com o desemprego em potencial, faz com que os indivíduos aceitem condições de autoexploração, compreendendo o excesso de trabalho ou a renúncia de direitos como algo necessário e benéfico, a fim de manter suas condições econômicas.

Soma-se à naturalização da lógica concorrencial e à financeirização da vida cotidiana, a legitimação de um discurso meritocrático e a “liberação das pulsões” (Dufour, 2008, p. 262). O neoliberalismo assenta-se em uma promessa de ilimitação, na qual o crédito barato, juntamente com períodos de estabilidade econômica, promove a ilusão da democratização do consumo. Pinheiro-Machado e Scalco (2018, p. 54) acrescentam que esses ciclos de desenvolvimento, no qual otimismo e colapso se intercalam, “afetam não apenas as condições materiais da existência, mas igualmente o self individual, a capacidade de aspirar as formas de fazer política e de compreender o mundo”. Nos momentos de crescimento econômico há difusão e a naturalização de uma promessa de estabilidade e promoção de melhores condições materiais de modo permanente o que, em virtude da própria configuração da racionalidade neoliberal, não se cumpre.

Assim, pode-se afirmar que o neoliberalismo assenta-se em um falso “pressuposto simbólico de igualdade” (Kehl, 2020, p. 14), pelo qual difunde-se o entendimento de que tudo está ao alcance de todos, caso o indivíduo dedique-se com afinco, esforço, mérito e performance. No entanto, tal discurso é rapidamente desconstruído, na medida que ele esbarra na finitude de recursos, além do reconhecimento de que a obtenção de conquistas econômicas encontra-se para além da ordem do indivíduo. Paira, continuamente, sobre o indivíduo a paradoxalidade entre um suposto direito e promessa à liberdade e ascensão social e, em contrapartida, o risco de estar constantemente descendente da classe social ou de ser um desempregado potencial. Atribui-se ao sucesso (ou ao fracasso) uma dimensão estritamente individual, cultuando-se os indivíduos que o alcançam e culpabilizando e responsabilizando aqueles que fracassam.

Na medida em que um indivíduo esforça-se para a obtenção de determinada conquista, mas não a alcança em decorrência da falácia do discurso meritocrático, supõe-se que ele pode adotar uma posição de ressentido, na qual “[...] deixa de se identificar como derrotado e passa a se identificar como vítima, sobretudo vítima inocente de um vencedor que, nesses termos, passa a ocupar o lugar de culpado” (Kehl, 2020, p. 15). Torna-se pertinente observar, em conformidade com Weib (2020), que os indivíduos que sentem-se ameaçados ou derrotados tendem a responsabilizar pelo seu estado, “não ao aparato que o causa, mas aqueles que se opuseram criticamente em relação ao sistema no qual outrora possuíam status” (Weib, 2020, p. 93).

Essa incapacidade de uma crítica ao aparato gerador do sofrimento deve-se, sobretudo, ao fato de que nas sociedades neoliberais há um esforço deliberado da manipulação e empobrecimento da linguagem, bem como da dessimbolização do imaginário (Alemán, 2016; Casara, 2019, 2021). Essa ação no âmbito do imaginário tende a fazer com que os indivíduos assumam como verdadeiras as análises simplistas realizadas do meio social, tornando-se incapazes de criticar os valores constituídos a partir da razão-mundo dominante. Assim, por exemplo, a democratização do acesso a marcadores simbólicos de status, pode desencadear, naqueles que sentem-se ameaçados pela perda da exclusividade de posse ou de um pretensão direito, um sentimento de ódio e ressentimento aos indivíduos em ascensão social ou àqueles que criticaram ou tencionaram mudanças no sistema até então dominante.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, antropológicamente, o neoliberalismo representa o retorno a um ideal metafísico de homem, manifestado pela suposta universalidade e a essencialidade da lógica concorrencial. Em síntese, o neosujeito necessário para a manutenção da racionalidade predominante é dessimbolizado (Alemán, 2016), atomizado (Franco *et al*, 2023), potencialmente ressentido (Kehl, 2020) e, conseqüentemente, incapaz de manter laços de fraternidade e solidariedade (Lebrun, 2008). Concomitantemente a isso, há um interesse da racionalidade neoliberal de liberar este indivíduo de qualquer interdito ou norma (Dufour, 2008).

Assim, ao sofrimento psíquico decorrente das mudanças na conjuntura econômica e social, assiste-se, com o advento do neoliberalismo, como uma razão-mundo e a hipertrofia do indivíduo, a perda da legitimidade da autoridade e uma cruzada contra as normas e os interditos do prazer, necessária para sustentar os ciclos de consumo. Passa-se a exigir do indivíduo contemporâneo uma capacidade de sustentar-se em um vazio, tornando-se autorreferencial (Ghiraldelli Jr., 2023). Para Lebrun (2008) a ausência do pai, isto é, de um sujeito capaz de suportar a violência necessária ao crescimento da criança e estabelecer a alteridade, faz com que a sociedade passe a ser constituída por indivíduos que não foram obrigados a deixar a sua infância. Inaugura-se um estado paradoxal em que, por um lado, há um excesso de singularidade e individualidade e, em contrapartida, uma ausência de um projeto formativo capaz de preparar o indivíduo para um estágio de crise de legitimidade ou da ausência de um Outro (Lebrun, 2008). Tal constatação reverbera nos modos de organização da sociedade, tornando iminente a emergência da pós-democracia e da incapacidade de renunciar-se a si e assumir posturas socialmente compartilhadas (Casara, 2019, 2021).

Assim, o indivíduo que não obtém o sucesso prometido pelo neoliberalismo, ao colocar-se como vítima, não sente-se coagido ou assume estar acima da lei no momento de responsabilizar e culpabilizar o outro pelo seu estado. Fenômenos sociais contemporâneos, tais

como o exponencial crescimento do racismo, xenofobia, homofobia e aporofobia, poderiam ser compreendidos como decorrentes da pressuposta ameaça que estes grupos representam para a perda de marcadores simbólicos de diferenciação social, isto é, de “um medo das consequências dos desenvolvimentos gerais da sociedade” (Adorno, 2020, p. 48). Há uma intersecção entre a produção do sujeito neoliberal e a possibilidade da barbárie, na medida em que essa mudança antropológica e a constituição do neosujeito só pode ocorrer em “[...] um clima de terror, de precarização geral, para que todo mundo adere ao programa” (Alemán, 2016, p. 130). É este modo de gestão e subjetivação dos indivíduos, caracterizados pelo medo e a ameaça constante da perda de status ou do poder monetário que produz um resíduo psíquico capaz de desencadear, inicialmente, um discurso individual contra determinados grupos sociais (Adorno, 2015). Na sequência do ensaio, discorre-se acerca dos modos em que o indivíduo atomizado constitui uma massa propensa à barbárie.

A latência da barbárie em um contexto Neoliberal

Na seção anterior argumentou-se que o neoliberalismo, ao difundir uma ideia de ilimitação e de possibilidade de ascensão social e econômica a partir do mérito e do empenho individual, gera sofrimento psíquico nos indivíduos. Soma-se a isso o empreendimento pela retirada dos interditos e da norma, o que faz com que o indivíduo coloque-se acima da lei, não sentindo-se coagido para manifestar-se mesmo quando as suas posições vão de encontro a perspectivas éticas ou aspectos necessários para a manutenção da coesão social. Frente ao exposto, nesta seção do ensaio discorre-se acerca dos processos de constituição das massas que levam à iminência da barbárie. Para tanto, utiliza-se como referências basilares as obras de Adorno (2015, 2019, 2020, 2022), de Arendt (1999, 2012) e Freud (2011, 2020, 2022).

Em consonância com Lebrun (2008), Kehl (2020) e Adorno (2022), defende-se a hipótese que o indivíduo atomizado produzido no contexto contemporâneo não encontra-se preparado para lidar com o estado de autodeterminação e autorreferencialidade em que se encontra. Entregue a si mesmo, frustrado e desprovido de laços de fraternidade e solidariedade, assume-se que ele tenderá a buscar um soberano ou pai imaginário com quem estabelecerá uma “[...] relação de dependência infantil com um outro [...] a quem caberia protegê-lo, premiar seus esforços, reconhecer seu valor” (Kehl, 2020, p. 12). Arendt (2012) vai ao encontro desta perspectiva ao identificar que a constituição das massas necessárias aos regimes totalitários é precedida por uma “amargura egocêntrica [que traz] consigo um claro enfraquecimento do instinto de autoconservação” (p. 444-445). A autora prossegue ressaltando que neste fenômeno

social, a “consciência da desimportância e da dispensabilidade deixava de ser a expressão frustração individual e tornava-se um fenômeno de massas” (Arendt, 2012, p. 445).

Reconhecendo que o indivíduo da massa não caracteriza-se pela predisposição a violência ou rudeza, mas sim pela ausência de relacionamentos sociais (Arendt, 2012), torna-se necessário identificar os elementos que permitem que ele passe a identificar-se com um líder. Goldenberg (2022), ao abordar essa questão em uma perspectiva psicanalítica, identifica que não há um mecanismo de convencimento das massas, mas sim a produção ativa de suposto soberano. Para o autor, “o bem comum da massa é o desejo de obediência a um líder. Não é, portanto, a vontade do tirano que submete a multidão, mas antes esta última que dá a si própria um ditador provido de uma vontade de ferro [...] o grupo fabrica para si o líder que precisa” (Goldenberg, 2022, p. 50). Assim, os líderes capazes de unir libidinalmente as massas não as procedem, mas são produções de uma multidão amorfa que os requisita.

Tal entendimento implica em reconhecer que a produção de hordas gregárias não requer estratégias de convencimento ou que há uma sobrevalorização no potencial das formas de comunicação serem formadoras de personalidades autoritárias. Nos movimentos totalitários, Arendt (2012) expõem, por exemplo, que a propaganda é sempre voltada para um público externo. Por sua vez, Adorno (2015) aproxima-se desta perspectiva na medida em que afirma que a comunicação produz, sobretudo, engajamento. Assim, a ação midiática agiria somente naqueles indivíduos que já possuem uma suscetibilidade à personalidade fascista, produzindo neles um estado de dissociação cognitiva, uma visão distorcida da própria realidade e ou um maior apego e união em torno da liderança autoritária.

Frente ao exposto, identifica-se que a constituição de hordas bárbaras não é resultado de um apelo discursivo, pois “as massas dificilmente seriam cativadas por falsas propagandas, toscas e capciosas, se nelas mesmas não houvesse algo que correspondesse às mensagens de sacrifício e vida perigosa” (Adorno, 2015, p. 71). Haveria em cada indivíduo um aspecto seminal do fascismo, na medida em que Adorno (2022) afirma que o potencial autoritário ainda encontra-se subjacente nos indivíduos, tendo sempre a “possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência e de inconsciência das pessoas” (Adorno, 2022, p. 129). Assim, a inibição das posturas de ódio e a agressividade devem-se, sobretudo, às conjunturas e contingências históricas, econômicas e sociais.

Na medida em que, conforme explicitado na seção anterior, a racionalidade dominante é produtora de mal estar psíquico e de um contínuo ressentimento, corre-se o risco de fomentar o desenvolvimento desta personalidade com tendências autoritárias (Adorno, 2019). Ao sentir-se desamparado e sem perspectivas, os indivíduos passam a sonhar com “[...] o sentimento oceânico a integrar-se a algo descomunal, que venha redimi-lo de sua pequenez e misérias do

dia a dia” (Costa, 2022, p. 19). Isso faz com que ele passe a integrar a massa, não por coação externa, mas sim pela identificação e autopreservação, subordinando-se “instintivamente a qualquer um que nomeie seu senhor” (Freud, 2022, p. 55).

Tendo em vista que a identificação com o líder não requer convencimento ou coação, mas sim identificação, torna-se necessário compreender este processo. A identificação entre subordinado e líder ocorre, sobretudo, pois o soberano sente-se desinibido e autorizado para afirmar ou representar o que os futuros integrantes da massa não falaria em uma conjuntura normal. É essa ausência de uma inibição ou o risco de portar-se como um tolo que faz com que os indivíduos atomizados passem a reunir-se libidinalmente em torno da liderança (Adorno, 2015, 2020).

O risco e o flerte com a barbárie que a massa comporta deve-se, acima de tudo, às mudanças promovidas no indivíduo em relação a moralidade. Freud (2022, p. 44) afirma que

[...] na massa o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem se livrar dos recalcamientos de suas moções de impulso inconscientes. As qualidades aparentemente novas que ele então mostra são justamente as manifestações desse inconsciente, que, afinal, contém tudo o que há de maldade na alma humana; o desaparecimento da consciência moral ou do sentimento de responsabilidade nessas circunstâncias não oferece qualquer dificuldade para nossa compreensão (Freud, 2022, p. 44).

A participação nas massas faz com que os interditos e os freios civilizatórios necessários para a coesão social sejam suspensos na medida em que o medo social, fundamental para constituição do senso de moral, deixa de agir sobre o indivíduo (Freud, 2011, 2022). Freud (2022, p. 64) prossegue discorrendo acerca da suspensão da moralidade, na medida em que afirma que “em obediência à nova autoridade, a pessoa está autorizada a desativar sua consciência moral anterior e ao mesmo tempo ceder à tentação do ganho de prazer que certamente obterá mediante a suspensão das suas inibições”. Assim, o indivíduo afetado por perturbações causadoras de desprazer outrora recalcadas, passa a manifestá-las, a fim de restaurar a homeostasia. Com a ausência do senso de moralidade, há uma crescente manifestação de uma atividade violenta, pela qual “[...] a afirmação da potência do ser se manifestaria em face da outra pessoa tomada como objeto” (Birman, 2022, p. 132).

Diante da percepção que o indivíduo integrante das massas caracteriza-se pela suspensão dos interditos e ausência do medo social, pode-se inferir que as multidões sempre comportam um risco de desencadear ações violentas, pois “o pendor à agressão é uma disposição do instinto original e autônoma do ser humano” (Freud, 2011, p. 67). Assim, em uma abordagem psicanalítica, entende-se que as tendências à agressividade são constituintes primárias do ser humano, mas que, em decorrência de processos civilizatórios, são inibidas por forças psíquicas reativas (Freud, 2011). A

constituição da civilização requer a renúncia dos instintos primitivos, fontes de prazer e felicidade, em nome de uma promessa de segurança. O movimento das massas representaria um retorno a esse estágio primitivo, na medida em que as forças reativas que suspendem o pendor à agressividade estão ausentes. Posição semelhante também é adotada por Adorno (2022, p. 174), para quem a “a barbárie existe em toda parte em que há uma regressão à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais da sociedade”.

A perspectiva assumida até então evidencia que os episódios bárbaros da história da humanidade, especialmente aqueles ocorridos no seio da civilização ocidental, como o Holocausto, não podem ser compreendidos como ilógicos ou “irrupção pagã” (Calligaris, 2022, p. 83), mas sim processos decorrentes da conjuntura histórica, social e econômica. Defendeu-se até então que a atomização do indivíduo ao gerar sofrimento psíquico e exigir autorreferencialidade pode fazer com que ele busque a submissão a um líder a quem se une de modo libidinal. Nas massas, os interditos e o medo social são suspensos, fazendo com que os integrantes manifestem, muitas vezes sob forma de violência, as suas pulsões.

Supõe-se que no contexto contemporâneo, no qual predomina uma lógica instrumental e as relações intersubjetivas são estabelecidos por meio de processo calculador (Bauman, 2021), cria-se um obstáculo ou defesa psicológica racional e utilitária que dificulta o retorno à moralidade. A reificação das relações humanas e a ausência do reconhecimento do outro (Lukács, 2018; Honneth, 2018), bem como a predominância de uma subjetividade calculadora característica do pensamento racional (Adorno, Horkheimer, 1985; Horkheimer, 2015) poderiam servir como uma justificativa para eliminar ou insensibilizar-se diante da dor alheia, levando a cotidianização da violência (Bauman, Donskis, 2019, 2021). Assim, o dano causado ou a eliminação gradativa do outro não tornam-se mais parâmetros capazes de sensibilizar ou representar um retorno à moralidade, dado que o topo de uma hierarquia axiológica de valores é ocupado pela eficiência, performance e retorno financeiro.

Entende-se que os atos violentos ou o mal não seriam decorrentes de uma motivação ou fanatismo (Calligaris, 2022), mas algo cotidiano e necessário para a execução e otimização de uma tarefa. Neste viés, Arendt (1999) fala em banalidade do mal, isto é, uma ação constante e compreendida como objeto de trabalho, não estando associado ao gozo. Para a filósofa haveria, na postura de Adolf Eichmann, uma ausência de consciência sobre a consequência de seus atos - o que seria esperado de um criminoso de guerra - e de pensar a partir da perspectiva dos demais. O julgado teria uma “[...] ignorância de tudo que não fosse direta, técnica e burocraticamente ligado a seu trabalho” (Arendt, 1999, p. 67). Em outra obra, a autora afirma ainda que “[...] os próprios assassinos, apenas seguindo ordens e orgulhos de sua

desapaixonada eficiência, assemelhavam-se sinistramente aos instrumentos inocentes de um ciclo inumano e impessoal e eventos” (Arendt, 2012, p. 33). Assim, a ausência de escrúpulos é normalizada e justificada pela necessidade de realizar a tarefa com eficiência.

Visto o risco de a massa banalizar o mal, torna-se necessário, por fim, identificar a quem destinam-se os atos violentos. Freud (2011) já anunciava que a constituição e manutenção de grandes grupos sociais não manteria-se apenas pela existência de objetivos comuns, mas, sobretudo, pela existência de um inimigo a quem deveria-se destinar o ódio. Nos grandes episódios de barbárie, especialmente os que envolveram posturas antissemitas, Arendt (2012) identifica uma construção gradual do inimigo, na qual o ódio aos judeus, inicialmente, decorria quase que exclusivamente do conflito de uma determinada classe social com o estado, isto é, havia um dimensão de ressentimento com um grupo que era identificado como privilegiado ou representante do estado.

O destino da violência dos ressentidos e dos inseguros em relação a manutenção do seu status social e do domínio exclusivo de marcadores simbólicos de diferenciação, conforme Kehl (2020), sempre será o dos membros de um outro grupo até então compreendidos como marginais, mas que “buscam conquistar alguma ascensão social” (Kehl, 2020, p. 174). Assim, a violência das massas, dificilmente, será destinada a culturas exóticas ou para aqueles que se mostram “impotentes e se contentam em ocupar as fileiras inferiores da sociedade, não representando ameaça de rivalidade” (Kehl, 2020, p. 174). A estes reserva-se o sentimento de insensibilidade ou de irrelevância, mas busca-se, mesmo de modo pauperizado, manter a sua existência, para servirem de identificadores de diferença ou suposta exclusividade.

Nesta seção do ensaio, buscou-se discorrer acerca do processo que leva o indivíduo atomizado e em constante sofrimento psíquico do neoliberalismo a integrar-se a uma união libidinal em torno de uma autoridade. Procurou-se ainda evidenciar a relação existente entre a constituição das massas e os atos de violência, na medida em que a submissão à autoridade permite a suspensão de interditos e um retorno a um estágio primitivo de externalização das pulsões geradoras de desprazer. Reitera-se que a barbárie não é parte intencional de um programa neoliberal, mas parece ser, antes de tudo, uma dimensão funcional decorrente da incapacidade de criar mecanismos que absorvam a frustração e o ressentimento social (CALLIGARIS, 2022).

A Educação como fiança a barbárie

Nas seções anteriores, discutiu-se acerca da latência da barbárie em um contexto transversalizado por uma racionalidade que promove, por meio da atomização e do ressentimento, um grande sofrimento psíquico. Discorreu-se ainda acerca das implicações das

reconfigurações sociais, culturais e econômicas para o surgimento de síndromes associadas a personalidade bárbara e que possuem o potencial de levar os indivíduos a associarem-se a hordas gregárias. Frente ao exposto, nesta seção, discute-se as possibilidades da educação ser concebida como um empreendimento de resistência à barbárie e instrumento de coesão social e propagadora de valores democráticos.

Destaca-se, inicialmente, que Adorno (2015) já elencou como exigência fundamental à educação a de evitar que a barbárie se repita. O autor, como exposto anteriormente, compreendia o retorno a um estágio primitivo de violência como um risco inerente ao próprio processo civilizatório, opondo-se justamente àqueles que compreendia as demonstrações e ódio patrocinadas pelo estado como momentos ilógicos e irracionais. Com isso, identifica-se que a organização de hordas violentas não ocorre apenas como um desdobramento de mudanças de ordem política, econômica e social, pois ela precisa encontrar sustento nos mecanismos psíquicos individuais. Tal perspectiva permite assumir uma postura positiva em relação à educação, na medida em que espera-se dela, primeiramente, uma ação na constituição do indivíduo e não, de imediato, uma transformação das macroestruturas sociais econômicas.

Diante do exposto, na sequência busca-se esboçar algumas considerações acerca de como a educação pode contribuir para o processo de desbarbarização ou afastar-nos temporariamente dos riscos da desagregação social. Na obra seminal para este estudo, Charlot (2020) identifica que um desafio inicial para uma educação que contraponha-se à barbárie é a construção de um discurso pedagógico assentado solidamente em um discurso antropológico. Para o autor, os grandes discursos pedagógicos, sejam oriundos das pedagogias tradicionais ou da educação nova, contemplam uma relação dialética entre desejo-norma que era fundante de todo o processo pedagógico. No entanto, Charlot (2020) identifica que na última década do século XX, os discursos educacionais foram apropriados por um realismo cínico e, gradualmente, abandonaram a referência antropológica. Os discursos pedagógicos emergentes e substitutivos das discussões pedagógicas assentam sobre um silêncio antropológico, enfatizando não o sujeito que pretende-se formar, mas sim a busca pelo desempenho e a otimização da aprendizagem (Charlot, 2020).

Pode-se inferir, ainda em consonância com Charlot (2020), que os discursos acerca da educação e a ausência de uma preocupação antropológica não são contingentes ou emergentes do acaso, mas são resultantes de uma determinada configuração social e econômica. Com isso, entende-se que os discursos acerca da educação, mesmo pressupondo a ausência de uma antropologia, estão assumindo de modo acrítico as concepções de homem e almejando a formação de um sujeito condizente com a racionalidade dominante. Assim, especialmente, os

discursos acerca da neurodesenvolvimento, da aferição da aprendizagem, da qualidade total, da cruzada em nome do protagonismo e do empreendedorismo, das pedagogias take aways, dos currículos flexíveis e de outras proposições que obtém rápido sucesso discursivo e aceitação social, devem-se, sobretudo, a sua consonância na produção de um neosujeito. Assim

o novo modelo escolar e educacional que tende a se impor se baseia, em primeiro lugar, em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica. Está ligado a um economicismo aparentemente simplista, cujo principal axioma é que a instituição em geral e a escola em particular só tem sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia. O homem flexível e o trabalhador autônomo são as referências do novo ideal pedagógico (Laval, 2019, p. 29).

Desta forma, entende-se que o silêncio antropológico existente nos discursos hegemônicos acerca da educação acaba introjetando no interior da instituição educativa um projeto de formação de um sujeito condizente com a racionalidade neoliberal. A escola renuncia a sua dimensão pública, primando para a formação de um homem rentável. Tal como discutido anteriormente, é este homem adequado à racionalidade dominante, autorreferente, empresário de si e confiante nos discursos meritocráticos que, quando frustrado ou ressentido, torna-se integrante das massas gregárias. Assim, ao subtrair-se da educação os seus fundamentos antropológicos corre-se o risco de estar fomentando e produzindo um homem que, dependendo da conjuntura econômica e política, tem predisposição para adotar uma personalidade autoritária.

Logo, o primeiro desafio consiste em restabelecer as bases antropológicas da educação, trazendo para a ordem do dia os questionamentos acerca da condição humana e do intento da tarefa educativa. A ruptura do silêncio acerca da antropologia que sustenta a educação precisa ser acompanhada de uma análise criteriosa acerca do conjunto de práticas desenvolvidas no interior das instituições, a fim de restaurar o equilíbrio dialético entre concorrência-solidariedade/desejo-norma (Charlot, 2020). A lógica concorrencial, na medida que passa a não só mediar as relações intersubjetivas, mas também o indivíduo consigo mesmo, tende a produzir um sujeito severo e disposto a se auto explorar. Conseqüentemente, as relações com os demais tendem a ser organizadas na mesma lógica, pois, conforme Adorno (2022, p. 139) “quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar ou reprimir”.

Soma-se ao esforço para restaurar o equilíbrio entre concorrência e solidariedade, a necessidade de discutir as pedagogias que fundamentam-se na norma neoliberal de que “as decisões devem ser tomadas a partir do critério da exclusiva satisfação pessoal” (Casara, 2021, p. 205). Tal enfrentamento deve ser feito na medida em que o desejo hedonista pela satisfação

pessoal tende, conforme Casara (2018, 2021), a reduzir a dimensão pública, a fomentar o surgimento da antipolítica e de um estado pós-democrático. Tal pressuposição não pode ser tomada como sinônimo do retorno a um modelo educacional fundamentado em uma norma externa, mas sim em um modelo democrático, na qual a autorreferencialidade dê lugar a um conjunto de valores socialmente e coletivamente construídos.

Acredita-se ainda que o pensamento de Nussbaum (2014, 2015) também oferece subsídios que permitam pensar em uma educação capaz de desbarbarizar o mundo. Neste ensaio, focaliza-se em dois aspectos da autora supracitada e que fazem referência a necessidade de desenvolvimento do senso crítico/capacidade argumentativa e o papel das artes e da humanidade para a democracia. Em relação à criticidade, Nussbaum (2014, p. 77) apoia-se no conceito socrático de vida examinada para defender a necessidade de:

[...] uma vida que não aceita a autoridade de qualquer crença apenas por essa crença ter sido herdado por via da tradição ou porque, por força do hábito, se veio a transformar numa coisa banal; uma vida que questiona toda e qualquer crença, declaração ou razão apresentada e apenas aceita aquelas que tiverem capacidade para resistir às exigências da consistência e da fundamentação que a razão impõe.

A vida examinada difere-se de uma aceitação dogmática da tradição na mesma medida que implica o afastamento de uma perspectiva cética. Nota-se que tal capacidade não pode ser objeto de ensino, mas sim exercício cotidiano e inequivocamente relacionado com a cidadania democrática. O exercício de examinar implicaria ainda, conforme a autora, o “examinar-se a si próprio e for capaz de analisar as razões que levam a apoiar uma coisa em vez de outra” (Nussbaum, 2014, p.78). O processo de construção de uma referencialidade reflexiva desencadearia, conforme a filósofa, em uma mudança na postura daqueles com quem o indivíduo diverge em relação aos seus pontos de vista. Tal ponto é importante, pois permitiria o desenvolvimento dos saberes morais necessários à cidadania (Nussbaum, 2015).

O mal estar decorrente do processo civilizacional, conforme Freud (2011), sempre exigirá elementos paliativos que permitam, temporariamente, restaurar a homeostasia do organismo. Argumentou-se, no decorrer do texto, que a união libidinal em torno de um líder autoritário e a organização das massas podem desempenhar essa função paliativa ao indivíduo ressentido, da mesma forma que outros podem valer-se de outros recursos. Na perspectiva freudiana, a arte e a literatura poderiam oferecer “[...] ilusões face à realidade [...] graças ao papel que tem a fantasia na vida mental” (Freud, 2011, p. 19). Na medida que atribui-se valor negativo e os currículos escolares enfatizam um aspecto pragmático e os conhecimentos rentáveis, pressupõe-se que priva-se os

indivíduos da formação de um importante recurso para o equilíbrio psicológico. Com isso, estimulamos a buscarmos outras estratégias, entre as quais a formação das hordas gregárias.

Diante disso, é fundamental repensar o papel desempenhado pelas humanidades e a arte no currículo escolar, pois, mesmo que não atendam ao princípio de rentabilidade, elas desempenham um papel indispensável para a formação de um cidadão crítico e imaginativo. Neste viés, Nussbaum (2014, p. 81) argumenta que a “imaginação permite ter uma percepção profunda da experiência da outra pessoa que, de outra forma, é muito difícil alcançar na vida cotidiana”. Assim, por meio das artes e da humanidade, poder-se-ia desenvolver aquelas capacidades que pareciam estar ausentes nos perpetradores da barbárie (Arendt, 1999).

Conclusões

O objetivo deste ensaio consistiu em discutir o papel da educação em um contexto contemporâneo, no qual, em virtude da deriva antropológica, flerta-se com a barbárie. No decorrer do estudo, argumentou-se que a racionalidade neoliberal assenta-se sobre uma concepção metafísica de homem reduzindo-o a uma lógica concorrencial. A atomização do indivíduo e a autorreferencialidade, em vez de resultar em um estágio de completa liberdade, pode gerar sofrimento psíquico e ressentimento. Assumiu-se que tal situação pode desencadear uma busca libidinal de união em torno de um líder, desencadeando a construção de hordas gregárias, na qual a violência é apontada como uma possibilidade em virtude da suspensão do medo social. Assim, a suposta ausência ou deriva antropológica pode resultar em um flerte com a barbárie.

Diante do exposto, reconhece-se que o risco da barbárie não decorre somente das condições macroestruturais, tais como as crises econômicas, políticas ou sociais. Os eventos bárbaros sempre são reveladores de uma dimensão psicológica individual dos envolvidos. A partir desta inferência, argumentou-se acerca da possibilidade das instituições educativas adotarem uma pedagogia que tenha como objetivo primordial evitar a repetição de eventos bárbaros.

Para tanto, defendeu-se, inicialmente, a necessidade restaurar o fundamento antropológico da educação, a fim de não adotar-se uma concepção acrítica de homem. A partir da crítica elaborada ao neosujeito e a potencialidade dele tornar-se parte de um empreendimento bárbaro, defendeu-se a necessidade de analisar criticamente as práticas desenvolvidas no interior das instituições educacionais, a fim de restaurar o equilíbrio na relação dialética entre desejo-norma/concorrência-solidariedade. Tal procedimento exigiria evitar um ensino que volte-se somente a otimização das aprendizagens ou reproduza a lógica concorrencial e fomenta a introjeção da normatividade neoliberal. Da mesma forma, entende-

se a necessidade das disciplinas de humanidades e artes serem tomadas como centrais no currículo escolar, pois é por meio delas que desenvolve-se as habilidades e o espírito crítico necessário para sustentar a democracia e a coesão social.

Referências

- ADORNO, T. W. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- ADORNO, T. W. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- ADORNO, T. W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALEMÁN, J. *Horizontes neoliberales en la subjetividad*. Olivos: Grama Ediciones, 2016.
- ALVES, K.; SANCHES, D.; DE LUCCIA, D. Anomia e declínio da autoridade paterna. n.: SAFATLE, V. JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (org.). *Patologias do Social: Arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 111-140.
- ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. *Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. *Mal líquido: vivendo num mundo sem alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BIRMAN, J. *As pulsões e seus destinos: Do corporal ao psíquico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CALLIGARIS, C. *O grupo e o mal*. Estudo sobre a perversão social. São Paulo: Fósforo, 2022.
- CARENHO, A. et al. O corpo como lugar de sofrimento social. In.: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (org.). *Patologias do Social: Arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 81-110.
- CASARA, R. *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASARA, R. *Estado Pós-democrático*. Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CENCI, A. V.. Neoliberalismo. capital humano e educação. In.: FÁVERO, A. A.; TONIETO, C.; CONSALTÉR, E. (Org.). *Leituras sobre educação e neoliberalismo*. Curitiba: CRV, 2020. p. 87-106.

CHARLOT, B. *Educação ou Barbárie?* Uma escolha para a sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

COSTA, J. F. Prefácio. In.: CALLIGARIS, C. *O grupo e o mal*. Estudo sobre a perversão social. São Paulo: Fósforo, 2022. p. 9-20.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. *A escolha da guerra civil*: Uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo*: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo*: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, L. *Democracia Econômica*: Alternativas de gestão social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DOWBOR, L. *O capitalismo se desloca*: Novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.

DUFOUR, D. *O Divino mercado*. A revolução cultural liberal. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 2005.

DUNKER, C. I. L. *Mal estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. In.: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 177-214.

FRANCO, F.. et al. O sujeito e a ordem do mercado: a gênese teórica do neoliberalismo. In.: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 47-76.

FREUD, S. *O mal estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras. 2011.

FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: LP&M, 2022.

FREUD, S. *Totem e tabu*. Porto Alegre: LP&M, 2020.

GHIRALDELLI, P. *Subjetividade maquínica*. São Paulo: CEFA Editorial, 2023.

- GOLDENBERG, R. *Psicologia das massas e análise do eu: Solidão e Multidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- HAN, B.. *Sociedade do Cansaço*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HONNETH, A. *Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- KEHL, M. R. *Ressentimento*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LEBRUN, J. P. *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- MARX, K. *O Capital: Livro 1 - O processo de produção do capital*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- NUSSBAUM, M. C. *Educação e Justiça Social*. Ramada/Portugal: Edições Pedagogo, 2014.
- NUSSBAUM, M. *Sem fins lucrativos*. Por que a democracia precisa de humanidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In.: GALLEGO, E. S. *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 53-60.
- SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil: Neoliberalismo versus Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In.: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 17-46.
- SAVATER, F. *O valor de educar*. São Paulo: Planeta, 2012.
- WEIB, V. Posfácio à edição alemã. In.: ADORNO, T. W. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2020. p. 81-103.